

ALTERNATIVAS PARA A GERAÇÃO DE RENDA EM PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS

ALTERNATIVE APPROACHES TO GENERATE EARNINGS IN SMALL RURAL PROPERTIES

Sonia Segatti

UNESP - Presidente Prudente-SP

ssegatti@msn.com

Antonio Nivaldo Hespanhol

UNESP – Presidente Prudente-SP

nivaldo@fct.unesp.br

Resumo

O avanço da tecnologia na agropecuária e a crescente dependência aos complexos agroindustriais (CAIs) têm exercido forte pressão sobre os pequenos produtores rurais. As políticas públicas passaram a dar tratamento diferenciado aos pequenos produtores rurais somente na década de 1990, com a instituição do PRONAF. Busca-se neste texto apresentar alternativas que propiciem a ampliação de renda nas pequenas propriedades rurais. Para tanto é apresentada uma experiência concreta vinculada ao planejamento e ao controle da atividade leiteira, por meio da qual se busca intensificar a produção de leite com base na adoção de técnicas e procedimentos relativamente simples. A outra proposta, ainda não concretizada, depende da organização coletiva dos produtores rurais para o controle do ciclo completo das atividades agropecuárias, por meio da implantação de um entreposto de compra e venda de produtos agropecuários.

Palavras-chave: pequenos produtores rurais, avanço da tecnologia, geração de renda.

Abstract

Technology advance in farming and the increasing dependence to the agro-industrial complexes (AICs) exerts high pressure on small agricultural producers. The public politics had started to only give a different treatment to the small agricultural producers in 1990 decade, with PRONAF. What we look for in this text is to present alternatives for propitiating the magnifying of income in this small rural properties. For that, a concrete experience tied with the planning and the control of the milk activity is presented, trying to intensify the milk production based on some relatively simple techniques and procedures adoption. Another proposal, not yet materialized, depends on the collective organization of the agricultural producers for the control of the complete cycle in farming activities, with the implantation of a warehouse of purchase and sales of farming products.

Key-words: small rural producers, technological advances, earnings.

1. Introdução

A trajetória da agricultura brasileira nas últimas décadas foi marcada pelo intenso processo de modernização entre 1965 e 1980; pela crise econômica dos anos 1980 que redundou no esgotamento do padrão de financiamento agrícola oficial; e, pela instituição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), no ano de 1996.

O ritmo intenso da atualização tecnológica no campo tem requerido a atualização de informações e a adoção de mecanismos de aprendizagem e de formação profissional e empresarial dos produtores rurais, o que tem penalizado muitos pequenos produtores rurais, os quais têm sido sistematicamente desalojados do ambiente em que estão inseridos dada a necessidade de se produzir em grande quantidade, com elevado padrão de qualidade e a preços competitivos.

Para não serem excluídos do processo produtivo os pequenos produtores rurais devem incorporar novas tecnologias, atualizar as informações e aprimorar a formação profissional e adotar um sistema gerencial de planejamento e custos agropecuários, que seja de simples manuseio e que favoreça o gerenciamento de suas atividades de

cria, recria e engorda de gado, da produção de leite, bem como do acompanhamento de lavouras e de outras atividades que são desenvolvidas no meio rural, o que deve ser feito de maneira integrada ou independente (MARION; SEGATTI, 2006, p.03).

Não há como responsabilizar o pequeno produtor por essas deficiências, em virtude do processo histórico de exclusão dos mesmos. Entretanto, é possível que as conseqüências de tal processo histórico sejam superadas, tendo em vista iniciativas governamentais de dinamização de projetos direcionados às pequenas propriedades. Assim destaca-se a seguir um projeto pontual desenvolvido pela Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária em parceria com a CATI/SP (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral).

Diante das incertezas e dos novos desafios a que estão expostos, os pequenos produtores rurais tornam-se inseguros e dependentes das formas pelas quais os consumidores de seus produtos e as empresas que integram os Complexos Agroindustriais (CAIs) operam e se transformam.

Por meio do PRONAF houve o reconhecimento oficial da importância da chamada agricultura familiar, mas os desafios da geração de renda e as dificuldades para a reprodução social dos pequenos produtores rurais ainda persistem, sem indicações de que tais desafios sejam superados a curto e médio prazo.

Para solucionar ou amenizar o problema do baixo rendimento obtido pelos pequenos produtores rurais são apresentadas neste texto duas possibilidades: uma delas já concretizada pontualmente por meio de um projeto desenvolvido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em parceria com a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, a qual se vincula ao estímulo à produção de leite em pequenas propriedades rurais. A outra se constitui numa proposta de organização de pequenos produtores rurais para a compra e venda conjunta de produtos que atenda exclusivamente grupos de pequenos produtores rurais.

2. Desafios, insegurança e incertezas do pequeno produtor rural

O Estatuto da Terra instituído pela lei n 4.504 de 30 de novembro de 1964 é um marco para se compreender a importância da pequena propriedade para a minimização das desigualdades no campo. No artigo 4º Inciso II da referida lei considera-se que: a “**Propriedade familiar** – É o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorada pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros”.

Para a definição do tamanho da propriedade deve-se relacionar a mesma à força de trabalho empregada, apontando que a pequena propriedade deve ser essencialmente trabalhada pelo proprietário e sua família; podendo ocorrer casos em que a mão-de-obra se torne excedente e os membros da família se tornem pluriativos (DINIZ, 1985), podendo também haver a contratação eventual de terceiros.

Kageyama (1998) apud Silva *et all* (1997) relata que o tempo parcial relaciona-se com o tempo de trabalho, e a pluriatividade relaciona-se com a diversificação de atividades, geralmente em mercados não-agrícolas. Conseqüência desse esforço de diversificação dos pequenos produtores para se inserirem nos novos mercados locais que se abrem. O fenômeno da pluriatividade é visto como parte integral da Geografia da acumulação e da contínua mercantilização das relações sociais de produção e reprodução.

O grande avanço tecnológico ocorrido nas últimas décadas afetou praticamente todos os setores produtivos, inclusive a agricultura. Tal processo foi particularmente penoso aos pequenos produtores rurais, dada a falta de capital próprio e a dificuldade de acesso a financiamentos oficiais para acompanharem as inovações.

A atualização da tecnologia no campo, em ritmo intenso, vem dificultando à sobrevivência dos pequenos produtores rurais. As rápidas mudanças têm impingido os pequenos produtores rurais a adotarem novos mecanismos de aprendizagem e de formação profissional e empresarial. A formação profissional e a mentalidade empreendedora, no entanto, requerem algum nível de instrução, o que a maioria dos pequenos produtores rurais, especialmente os mais idosos, não dispõe.

O pequeno produtor rural diante da incerteza e dos novos desafios, sente-se ameaçado, inseguro e dependente das formas pelas quais os consumidores de seus

produtos e as empresas que integram os Complexos Agroindustriais (CAIs) operam e se transformam. Alguns dos principais paradigmas vigentes: as novas tecnologias e a introdução de novas ênfases gerenciais e enfoques administrativos forçam o remodelamento das rotinas e a resolução de problemas até então considerados insolúveis. A extensão e a complexidade das mudanças pessoais e profissionais podem resultar em significativas alterações no processo produtivo.

Brose (1999) destaca que diante de tal panorama, as intervenções das políticas públicas tornam-se necessárias para a regulação das assimetrias do mercado com o objetivo de assegurar que a agricultura familiar não se transforme em alvo fácil de monopólios e de intermediários que se apropriam do valor agregado da produção.

Mesmo quando inexistente uma política agrária explícita, os objetivos e os instrumentos utilizados pela política agrícola influenciam decisivamente a estrutura fundiária. No decorrer da década de 1970, por exemplo, a modernização conservadora da agricultura brasileira provocou o aumento da concentração da posse e da propriedade da terra no Brasil (DELGADO, 2001).

As relações econômicas em padrões capitalistas, que poderiam estabelecer diferenças entre pequena e grande propriedade são abordadas na literatura por Kautsky (1968) e Lenin (1985), entre outros autores. Kautsky (1968) afirma que “quanto mais a agricultura se identifica com os padrões capitalistas, tanto mais se diferenciam qualitativamente as diferenças técnicas empregadas pelos grandes estabelecimentos das empregadas pelos pequenos” (KAUTSKY, 1968, p. 135).

Apesar da visão fatalista de Kautsky (1968) e Lenin (1985) não ter se concretizado, pois os pequenos produtores rurais não foram banidos do processo produtivo, conforme eles previram, esta categoria de produtores enfrenta muitas dificuldades e concorre com os médios e grandes produtores rurais que dispõem de maior volume de capital, padrão tecnológico mais elevado e usufruem do acesso mais fácil ao crédito oficial.

Cabe aos pequenos produtores rurais procurarem alternativas econômicas e sociais que possibilitem a sua reprodução social, conforme enfatizam Hespanhol e Costa (2002).

A maior dificuldade dos pequenos produtores rurais reside na comercialização dos seus produtos. Para lhes assegurar renda faz-se necessário o estabelecimento de políticas públicas que os protejam das adversidades do mercado, principalmente das flutuações do preço dos seus produtos.

A globalização econômica fundamenta-se na competitividade e no aumento da produtividade do trabalho, justificando-se assim a adoção de estratégias produtivas por parte dos pequenos produtores rurais com o intuito de favorecer a sua inserção no mercado. Para tanto, algumas estratégias produtivas já foram adotadas por pequenos produtores rurais de algumas regiões do Sul do país. Brumer (2001) destaca as seguintes estratégias adotadas por pequenos produtores rurais naquela região:

- 1) integração às agroindústrias;
- 2) trabalho externo às propriedades rurais, nos setores de serviços e de transformação semi-industrial ou industrial (pluriatividade);
- 3) modificações nos sistemas de produção, tais como irrigação, estufas, higiene e apresentação dos produtos;
- 4) implantação de pequenas agroindústrias de beneficiamento de produtos agropecuários;
- 5) oferecimento de alguns serviços nas propriedades rurais, a exemplo do turismo rural; e,
- 6) desenvolvimento de formas associativas de produção.

Tais estratégias podem ser utilizadas em outras regiões do país. A organização coletiva não é fácil, mas quando os frutos começam a aparecer, os produtores rurais têm certa facilidade para cooperarem entre si, especialmente nas áreas em que haja o predomínio de pequenos produtores rurais, como no caso dos assentamentos rurais, por exemplo, muitos dos quais já passaram por experiências de organização coletiva da quando da luta para conquista da terra.

3. Alternativas de geração de renda em pequenas propriedades rurais: uma experiência concreta e uma proposta

A avicultura e a fumicultura integradas as agroindústrias, a produção de leite, o cultivo de produtos hortifrutícolas, a sericicultura, a produção de mel, a extração de látex, entre outras atividades, constituem alternativas importantes de geração de renda em pequenas propriedades rurais, assim como a produção orgânica, principalmente de olerícolas, para o atendimento de certos nichos de mercado. A verticalização por meio da agregação de valor aos produtos como é o caso da produção artesanal de queijos, requeijão, doces e compotas também se constitui numa alternativa importante.

3.1. O planejamento e o controle na atividade leiteira em pequenas propriedades rurais: O caso concreto do Projeto “Balde Cheio”

Koehler (2000) explica que o impulso da atividade leiteira, comumente desenvolvida na pequena propriedade rural, se deu a partir da década de 1990, num dos períodos de maior desenvolvimento da exploração da bovinocultura leiteira, quando da liberação total dos preços do leite pelo governo federal e da criação do Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul). Tais fatos impulsionaram os produtores a continuarem na atividade e a incorporarem novas tecnologias como meio de manter a competitividade, melhorarem a qualidade e produzirem a custos similares aos do mercado externo. O Plano de Estabilização Econômica (Plano Real), implantado no mês de julho de 1994, proporcionou o aumento do poder de compra, principalmente das classes mais baixas, impulsionando-os à consumir produtos lácteos em maior quantidade.

Koehler (2000) destaca que o aumento das importações provocado pela supervalorização do Real frente ao Dólar e a redução das tarifas de importações mantiveram a estabilidade dos preços do leite no mercado interno. Em 1999, a moeda (real) começou a se desvalorizar, o que ocasionou a recuperação dos preços pagos aos produtores de leite, aumentando a escala de produção como forma de alcançar a rentabilidade e gerar mais recursos para investimento na atividade.

Com o objetivo de promover o desenvolvimento da pecuária leiteira nas pequenas propriedades, mediante o processo de transferência de tecnologias elaboradas e testadas nos institutos de ensino e pesquisa (entidades públicas e privadas), Chinelato *et al* (2006) apresenta no Comunicado Técnico 72 da Embrapa, o Projeto Balde Cheio, no qual explica o processo de aplicação por meio de uma metodologia inovadora de ensino e treinamento direcionada não só aos pequenos produtores, mas também aos técnicos extensionistas das entidades públicas e privadas.

Após a implantação do sistema nessas propriedades leiteiras de cunho familiar as mesmas passam a servir de “sala de aula prática” (desde que o proprietário consinta), com visitas agendadas aos pesquisadores, extensionistas e produtores para que se recicle o conhecimento dos agentes envolvidos, com a finalidade de demonstrar a sua sustentabilidade, viabilidade técnica, rentabilidade econômica, gestão ambiental adequada e justiça social. Além de contribuir para a fixação da família no campo, o projeto tem como objetivo: recuperar a importância da extensão rural como fator fundamental para o desenvolvimento do setor e resgatar a dignidade do produtor rural.

Com o intuito de se facilitar o processo de difusão das técnicas e das metodologias empregadas, para se adentrar ao projeto, a propriedade deve ter as seguintes características: cunho familiar, pequena dimensão (preferencialmente até 10 hectares) e renda exclusivamente da atividade rural (sem a exigência da produção leiteira ser a principal fonte de renda).

A unidade de demonstração chácara São Francisco, localizada no município de Flórida Paulista, SP, escolhida como estudo de caso, foi acompanhada pelos profissionais engenheiros agrônomos da CATI - Regional de Dracena, SP, que dentre outras metodologias de trabalho instruíram o produtor a se equipar de ferramentas de medições da temperatura mínima e máxima e um levantamento planialtimétrico detalhado da propriedade, além do exame de todo o rebanho para detecção de animais positivos para brucelose e / ou tuberculose, com a finalidade de descarte.

Os resultados zootécnicos, econômicos, ambientais e sociais, obtidos na unidade de demonstração Chácara São Francisco, são demonstrados nas tabelas 1 e 2. Na Tabela 1 são apresentados os principais índices zootécnicos e, na Tabela 2, os

resultados econômicos, referentes ao início e ao final desta etapa do projeto nessa propriedade.

Nos índices zootécnicos, apresentados na tabela 1, é visível o expressivo aumento na produtividade do leite, proporcionado dentre outros fatores, pelo aumento do rebanho, mais em termos de qualidade do que de quantidade de matrizes (vacas).

Em se tratando de resultado ambiental, percebe-se o aumento da área de proteção ambiental, cujo fator foi a proteção do principal canal natural de escoamento do excesso de água das chuvas.

Resultados econômicos como os apresentados na tabela 2 permitiriam que muitas famílias, que possuem pequenas propriedades, tivessem melhores condições de vida e fossem inseridas dignamente na cadeia produtiva do leite. Pode-se ainda considerar no campo social a união e o empenho no empreendimento de todos os membros da família. Ainda observou-se o interesse e a disposição da geração vindoura (filho) de continuar na propriedade desenvolvendo a atividade leiteira, dando seqüência ao bom andamento do projeto.

Retratando-se a um dos objetivos do projeto, que foi o desenvolvimento dos extensionistas, o resultado suplantou as expectativas. Além de dominarem os conceitos de intensificação da atividade leiteira, passaram a prestar assistência técnica aos produtores de leite que os procuraram e que aceitaram as regras do trabalho. Como conseqüência desse processo, a difusão das inovações tecnológicas pôde ser estendida às demais pequenas propriedades.

Tabela 1 - Índices zootécnicos e características da produção de leite da chácara São Francisco, em Flórida Paulista, SP.

Índices ou características	Período	
	01.09.2002 a 31.08.2003	01.09.2005 a 31.08.2006
Área total (ha)	7,2	7,2
Área utilizada para a produção de leite (ha)	6,7	4,5
Área de proteção ambiental (ha)	0,5	2,7
Produção diária de leite (litros)	25	206
Leite produzido no ano (litros) *	9.200	75.190
Maior produção diária obtida (litros)	40	302
Vacas em lactação (nº)	6,0	15,8
Vacas no rebanho (nº)	10,0	20,6
Vacas em lactação (%)	60,0	76,7
Vacas em lactação/ha (nº)	0,62	3,51
Produção por vaca do rebanho por dia (litros)	2,5	10,0
Produtividade anual em litros/ha (sem equivalente-leite) **	1.373	16.708
Ordenha	Manual, 1 x/dia	mecânica, 2 x/dia
Refrigeração do leite da 2ª ordenha	não existia	tanque de expansão de 500 litros
Controle leiteiro	não fazia	faz mensalmente, desde o início do projeto
Cobertura das vacas	Monta natural com touro nelore	monta natural com touro HPB ***
Alimentação volumosa básica do rebanho	capim-braquiária (2,5 ha) e cana-de-açúcar (0,5 ha)	capim-tifton irrigado (0,6 ha), capim-mombaça (1,0 ha), capim-tifton de sequeiro (0,65 ha) e cana-de-açúcar (0,9 ha)

* Leite produzido não significa que todo ele foi vendido, existindo o leite consumido pela família e o leite consumido pelos bezerros.

** Equivalente-leite: valor auferido com a comercialização dos animais selecionados, que, dividido pelo valor do litro de leite no mês em que ocorreu a venda, transforma-se em litros de leite.

*** HPB = Holandês Preto e Branco.

Tabela 2 - Resultados econômicos da chácara São Francisco, de Flórida Paulista, SP.

Resultados econômicos	Período	
	01.09.2002 a 31.08.2003	01.09.2005 a 31.08.2006
Renda total (venda do leite + venda de animais)	R\$10.214,64 (70,5% do leite)	R\$ 38.279,72 (97,0% do leite)
Despesas de custeio	R\$ 6.016,57	R\$ 17.919,00
Margem bruta	R\$ 4.198,07	R\$ 20.360,72
Preço recebido pelo litro de leite	R\$ 0,48	R\$ 0,50
Custo operacional/litro (sem salário do produtor)	R\$ 0,39	R\$ 0,23
Margem bruta/litro (sem salário do produtor)	R\$ 0,09	R\$ 0,27
Margem bruta/ha (sem salário do produtor)	R\$ 626,58	R\$ 4.524,60
Custo operacional/litro (com salário do produtor) *	R\$ 0,86	R\$ 0,33
Margem bruta/litro (com salário do produtor) *	R\$ -0,39	R\$ 0,18
Margem bruta/ha (com salário do produtor) *	R\$ -448,05	R\$ 2.924,60
Fluxo de caixa anual **	R\$ -583,84	R\$ 12.740,61
Outras atividades econômicas	maracujá e milho	nenhuma

* Salário mensal considerado = R\$ 600,00.

** Fluxo de caixa = receita total - (despesas de custeio + despesas de investimento)

Fonte: Comunicado CATI-72 – CATI/EMBRAPA – Dez/2006.

Esse estudo de caso serve para mostrar tentativa coerente de política pública voltada ao pequeno produtor, que seja possível se tornar “política de Estado” através de sua continuidade, ao invés de “política de Governo”, perdendo-se o foco com as mudanças de administração.

3.2. Perfazendo o ciclo completo das atividades agrícolas: Proposta para ampliar a rentabilidade do pequeno produtor rural

A afirmação “plantar nós sabemos, no entanto, enfrentamos dificuldades na comercialização dos nossos produtos” é comum entre os pequenos produtores rurais.

Os protestos verbais em relação aos altos preços dos insumos e as dificuldades enfrentadas para a obtenção de financiamento oficial também são comuns.

Na verdade as maiores dificuldades dos pequenos produtores rurais se concentram no “antes e depois da porteira”, ou seja, os pequenos produtores rurais pagam mais caro pelos insumos, porque compram pequenas quantidades e vendem os seus produtos por valores mais baixos, devido ao reduzido volume, além de não disporem dos meios de transporte, ficando, assim, nas mãos dos atravessadores.

Diante de tal constatação apresenta-se aqui uma proposta para assegurar à esta categoria de produtores um maior domínio sobre o ciclo das atividades agropecuárias, para além da porteira das propriedades rurais.

A proposta a ser apresentada só pode se concretizar com a junção de pequenos produtores rurais, embora a experiência mostre que em algumas regiões, dependendo das características da população e da capacidade de organização coletiva, tal feito é muito difícil. Portanto, para que haja maior independência e possibilidades individuais, a proposta não se aterá à formação de associações ou cooperativas, mas sim na implantação de um entreposto nos moldes da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP), mas com menos burocracia e mais transparência nas atribuições estatutárias e regulamentares.

Inicialmente se faz necessária a montagem de uma estrutura física de âmbito local ou regional, contendo pelo menos o seguinte:

- um depósito dividido em boxes que possibilite a classificação e o controle dos produtos recebidos de cada pequeno produtor, de preferência de um mesmo segmento agrícola;
- uma pequena central de compras e uma central de vendas, com escritório informatizado e sistematizado, com possibilidade de operar numa rede de informação com os demais entrepostos de outros municípios, regiões e estados para se concretizar as permutas de produtos para compor estoques reguladores, através das compras e vendas.

Cabe ao poder público disponibilizar recursos financeiros para esta finalidade, seja em comodato, seja por meio da concessão de financiamento em longo prazo.

Os produtos depositados (entregues) no entreposto deverão ser classificados qualitativamente em produtos de primeira, segunda, terceira e quarta (podendo ser estendido), cujo destino será:

1. Produtos de primeira: poderão ser embalados e destinados à venda a hipermercados ou destinados à exportação;
2. Produtos de segunda: destinados à venda a supermercados, feiras, escolas e outras instituições;
3. Produtos de terceira: destinados à venda para agroindústrias;
4. Produtos de quarta: destinados a fabricação de adubos e rações pelo próprio entreposto, cuja produção será vendida a preço de custo aos produtores rurais filiados ao entreposto, o que minimizará os custos de produção dos mesmos ao mesmo tempo em que possibilitará o manejo sustentável de sua atividade.

No âmbito do projeto podem ser constituídas micro-empresas de embalagens preferencialmente de produtores rurais filiados ao entreposto e com vocação industrial, ou ainda ser constituída em comum e administrada pelo próprio entreposto, gerando empregos para as mulheres e jovens filhos dos produtores filiados.

Toda a mão-de-obra envolvida na classificação, embalagem, administração e demais atividades no entreposto serão preferencialmente dos próprios produtores rurais.

A seguir são descritos alguns procedimentos e disciplinas para a operacionalização nos âmbitos administrativo e operacional dos filiados e usuários dos entrepostos:

- Termo de Permissão Remunerada de Uso (TPRU), regulando os direitos e obrigações dos filiados (pequenos produtores rurais) e usuários, ou seja, todos os que adentrarem no entreposto com a finalidade de efetuar compras, podendo ser pessoas físicas ou jurídicas;
- Os entrepostos têm por finalidade oferecer as instalações e serviços que possibilitem a comercialização de alimentos em geral, com ênfase nos produtos oriundos das pequenas propriedades rurais;
- Os sistemas de vendas serão os de atacado e varejo, em áreas e horários formalmente estabelecidos por atos administrativos;

- Não será permitida a operação ou a oligopolização de um ou mais produtos, não podendo ainda um mesmo filiado deter espaço próprio (individual);
- Haverá regulamento próprio a ser obedecido pelos filiados em casos de: atribuição, remanejamento, ampliação, abandono e sub permissão de uso de áreas;
- Haverá regulamento quanto à entrada e saída de mercadorias, ao estado de conservação dos produtos, embalagens em conformidade com a legislação, poluição sonora, limpeza e conservação dos espaços utilizados e outras exigências necessárias para o bom e fiel funcionamento do entreposto;
- Os filiados deverão cumprir as normas próprias que disciplinam: a higiene e segurança do trabalho, higiênico-sanitárias e de construções, ampliações, reformas e demolições no âmbito das gerências dos entrepostos, a movimentação de carga e descarga e a prática no recinto de atos que sejam contrários a lei e que venham a infringir as condições estabelecidas pelo regulamento.

Essa proposta para se viabilizar requer a interferência do poder público na implantação, principalmente quando se tratar da montagem de uma estrutura física, tanto na concessão de um prédio (barracão) como no mobiliário destinado à produção (prateleiras, caixas etc.), à estruturação administrativa (móveis de escritório, *hardware e software*), bem como no investimento para o treinamento de profissionais capacitados de entidades públicas ou privadas.

Certamente os custos de implantação e operação serão facilmente mensurados a partir da projeção do número de produtores e da quantidade e variedade dos produtos a serem comercializados e isso só será possível a partir da definição do local, seja ele municipal ou regional. Diante da magnitude do projeto pode-se precisar que tais investimentos serão de pouca monta e apresentarão boa relação custo-benefício.

4. Considerações finais

As políticas públicas nas esferas federal, estaduais e municipais tendem a considerar o meio rural apenas na dimensão da produção agropecuária.

Os pequenos produtores rurais receberam, até recentemente, o mesmo tratamento dispensado aos médios e grandes pelas políticas públicas voltadas à agricultura. Este quadro começou a mudar somente a partir de meados da década de 1990, com a instituição do PRONAF. No entanto, o desafio para a obtenção de renda e para a reprodução social dos pequenos produtores rurais permanece, pois eles precisam muito mais do que acesso facilitado ao crédito oficial. A orientação por meio de serviços de extensão rural de qualidade, a assistência técnica, o treinamento gerencial e a disponibilização dos serviços públicos essenciais são de fundamental importância aos pequenos produtores rurais.

Neste texto se procurou apresentar algumas possibilidades de geração de renda em pequenas propriedades rurais, partindo de um exemplo concreto e de uma proposta alternativa que implica na organização coletiva desta categoria de produtores.

O exemplo concreto apresentado consiste no Projeto Balde Cheio que foi instituído pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, a partir da adoção do sistema intensivo de produção de leite adaptado pelo pesquisador Arthur Chinelato da EMBRAPA, com base no método *voisin* que foi desenvolvido nos anos 1950 pelo Professor André Voisin da Escola Nacional de Veterinária de *Alford*, situada em Paris, na França.

O projeto consiste na difusão de técnicas e metodologias para aumento de produtividade do leite em pequenas propriedades familiares, com o objetivo de demonstrar a sua sustentabilidade. Busca-se atingir a viabilidade técnica e a rentabilidade econômica por meio de uma gestão ambiental adequada e se promover a justiça social. Além disso, se busca, com a disseminação do projeto, proporcionar aos pesquisadores e extensionistas a oportunidade prática para reciclarem os seus conhecimentos.

A proposta que implica em organização coletiva dos produtores, reside na implantação de um entreposto nos moldes do CEAGESP, mas com menos burocracia e mais transparência nas atribuições estatutárias e regulamentares, e com o intuito de gerar maior independência e possibilidades de obtenção de maior renda entre os pequenos produtores filiados.

Frente ao cenário econômico atual que visualiza nos produtos agro-exportáveis, com base na grande propriedade, o carro chefe da agricultura brasileira, a utilização de um estudo feito pela EMBRAPA para demonstrar a viabilidade técnica e econômica da produção de leite em pequenas propriedades rurais evidencia que o processo histórico das desigualdades e diferenciações pode ser revertido por meio da adoção de alternativas bem planejadas, executadas e avaliadas constantemente.

A proposta de implantação do entreposto destinado a comercialização preferencial dos produtos gerados nas pequenas propriedades rurais, bem como na criação de um espaço privilegiado para que tais produtores efetuem a compra conjunta de insumos e outros bens também é factível. Para que tal proposta se viabilize é necessário a interferência do poder público em sua fase inicial, com investimentos e acompanhamento por profissionais capacitados vinculados a órgãos públicos e/ou a entidades privadas compromissadas com a qualidade de vida da população.

5. REFERÊNCIAS

- BROSE, Markus. *Agricultura Familiar, desenvolvimento local e políticas públicas*. Santa Cruz do Sul: Edunisc – RS, 1999, pg. 37.
- BRUMER, Anita. Qual a “vocação” produtiva da agricultura familiar? Globalização, produção familiar e trabalho na agricultura. In: Tedesco, João Carlos (org.) *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. 3^a ed. Passo Fundo: UPF, 2001, pp. 223-254.
- CEAGESP, **regulamento dos entrepostos da CEAGESP**. Norma – OP. 001, 2002.
- DELGADO, N.G. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, S.P. (org) *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2001, pp.15-52.
- DINIZ, E. A transição política no Brasil: uma reavaliação da dinâmica da abertura. Dados n. 3, 1985.
- EMBRAPA- Sudeste. Contabilidade da Pecuária, 2005.
- EMBRAPA/CATI. Comunicado Técnico 72. São Carlos-SP, dez/2006.
- HESPANHOL, R.A. de M.; COSTA, V.M.H.de M. A agricultura familiar em municípios selecionados da microrregião geográfica de Presidente Prudente-SP: caracterização e interpretação. *Boletim de Geografia*. Maringá, v.01, n.01, p.01-11, 2002.
- HESPANHOL, A.N. **Desafios da geração de renda em pequenas propriedades e a questão desenvolvimento rural sustentável no Brasil**. In: SAQUET, Marcos Aurélio (org.) *A agroecologia no contexto do desenvolvimento territorial*. São Paulo: Expressão Popular, 2007 (No prelo).
- HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Agricultura, desenvolvimento e sustentabilidade. In: MARAFON, Gláucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Angelo. *Abordagens teórico-metodológicas em Geografia agrária*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 179-198.

KAGEYAMA, Ângela. **Pluriatividade e Ruralidade: Alguns aspectos metodológicos.**

Revista de Economia Aplicada, 1998 2 (3), p. 515-551,

http://www.unicamp.org/projeto_rurbano/textos.

KAUTSKY, K. *A questão agrária*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

KOEHLER, J.C. Caracterização bovinocultura de leite Estado do Paraná – Secretaria da Agricultura e do Abastecimento – SEAB- Departamento de Economia Rural – DERAL, Divisão de Conjuntura Agropecuária – DCA, 2000.

LENIN, V. I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1985.

MARION, J.C.;SEGATTI, Sonia **Sistema de gestão de custos nas pequenas propriedades leiteiras. Custos e @gronegocio on line, 2006 p.03.**

<http://www.ufrpe.br/>

SILVA, José Graziano da; GROSSI, M.D; CAMPANHOLA, Clayton. **O que há de realmente novo no rural brasileiro.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.19, n.1, p.37-67, jan./abr.2002.

SILVA, José Graziano da *et al.* O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário. São Paulo em Perspectiva, S.Paulo, v.11 n.2 p.50-64, 1997a.